

Antropóloga . PA
 PARECER Nº 013/CEA/92

Em, 21 de julho de 1993

Processo FUNAI/BSB/03435/81. Denominação: Área Indígena MURIRU. Grupo Indígena: Wapixana. Tronco: Aruak. Família: Aruak. Língua: Wapixana. População: habitantes. Aldeias: 1. Localização: Município de Bonfim, Estado de Roraima.

I - HISTÓRICO

Os Wapixana ocupam tradicionalmente uma vasta região no centro-leste de Roraima.

Para compreender as invasões da terra por garimpeiros, fazendeiros e aventureiros inescrupulosos, faz-se necessário ter conhecimento da história da ocupação de Roraima. A colonização desenfreada provocou a desagregação dos povos indígenas que, num período anterior, conviviam simbioticamente, em meio a guerras intertribais.

O território de domínio Wapixana estava sendo invadido pelos Makuxi, pressionados pelos colonizadores do Caribe (espanhois, ingleses e holandeses). As relações interétnicas variavam de grupo para grupo e de aldeia para aldeia. Dependendo do contato, mantiam relações amistosas, comerciais e alianças matrimoniais; ou, ao invés, guerreavam e praticavam o rapto de mulheres.

Após a colonização do litoral, os primeiros contatos dos europeus ocorreram com as populações indígenas ribeirinhas, o que provocou imediatamente a depopulação das comunidades interiores, através de:

- doenças transmitidas aos índios recém-contactados, que passaram a disseminá-las entre índios ainda isolados, com os quais mantiam esporádicas relações amistosas;

- do domínio dos grupos colonizados sobre os índios interiores. O contato provocou uma drástica alteração nas relações interétnicas, tendo em vista que o poderio bélico dos índios colonizados era bem superior ao dos isolados; o que possibilitou o domínio, pelo fato deles serem posteriormente os agentes colonizadores de outras etnias;

- da penetração dos colonizadores no continente, com a finalidade de arregimentar escravos indígenas para impulsionar as atividades econômicas e desenvolvidas na faixa litorânea. Os colonizadores aproveitaram as rivalidades intertribais para atingir os seus objetivos. Aliaram-se a determinados grupos que viviam em guerra com outros; dessa forma, os grupos coligados atacavam seus inimigos, os quais foram escravizados em nome dos governantes da Espanha, da Holanda, da Inglaterra ou de Portugal. No caso de Roraima, com o modelo português, a escravização indígena caracterizou-se pelas "tropas de resgate", de que nos fala FARAGE (1991:28):

"o conceito de resgate tem seu precedente no comércio português na África, já no século XV e, desse modo, foi

exercido no contato com os índios, desde os primeiros anos da exploração da costa brasileira".

Em síntese, a colonização levou ao desaparecimento de diversos grupos indígenas, seja por causa das epidemias ou por decorrência do acirramento das disputas intertribais.

A penetração do rio Branco ocorreu simultaneamente à do Rio Negro, realizada pela expedição de Pedro Teixeira. No século XVI, os portugueses já haviam reconhecido a área ao longo de seu percurso e os afluentes da zona campestre. Segundo Ribeiro de Sampaio (1777), o conhecimento do rio Branco decorre desde 1655 e o seu inteiro descobrimento, de 1670 ou 1671. A partir dessa época ocorreram entradas e comércio, mas não se tem conhecimento de documentação a respeito (Diniz, 1972:271). Ocorreram as seguintes entradas de "tropas de resgate": 1725, 1736, 1740 e 1744. Pela Lei de 06.06.1755, atividades das "tropas de resgate" foram suspensas.

Paralelamente à fase de escravização indígena, ocorreu a expansão religiosa, com a chegada dos missionários carmelitas. Em 1692, a Câmara de Belém fez uma petição ao rei de Portugal para a atuação missionária no rio Branco. Em 1693, o Conselho Ultramarino atendeu à solicitação, escolhendo os carmelitas (Amodio, 1983:20). Em 1725, os frades carmelitas estabeleciam-se na região do rio Branco, na missão de catequese (Testa, 1981:05).

Com a colonização portuguesa, houve um novo desequilíbrio populacional causado pela escravidão indígena e pelas epidemias de sarampo e varíola. As epidemias que atingiram o Amazonas nos anos de 1724 e 1776, acabaram atingindo a população do rio Branco, levada pelas "tropas de resgate" (Amodio, 1983:25).

Após o processo de escravização indígena pelos portugueses, prosseguiu a colonização com o estabelecimento do Forte São Joaquim, a partir de 1775, na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu (Diniz, 1972:28).

A estratégia utilizada pelos portugueses para assegurar a posse do vale do rio Branco, baseou-se no aldeamento da população indígena, articulado pelo destacamento do Forte São Joaquim, e obtido através do estabelecimento de relações clientelísticas com os índios. Segundo Ribeiro de Sampaio(1777), após a construção do Forte pelo Capitão Sturn, que incentivou as instalações de povoações indígenas em suas redondezas, como Carmo (Boa Vista), Santa Isabel, Santa Bárbara (no Rio Branco), São Felipe (no Tacutu) e Conceição (no Uraricoera). O contingente reduzido de índios que aí se estabeleceu alcançava 1.019 índios (591 do sexo masculino e 428 do sexo feminino), representados pelos "Paraviana, Uapixana, Separá, Aturauí, Tapicau, Uaiumucá, Amaripá, Fauxiana. Eram conhecidos ainda os "Caripona, Macuxi, Uaicá, Securi, Carapi, Sepuru e Umaiãna", os quais não encontravam-se reduzidos" (DINIZ, 1972:27-28).

No século XVIII, apesar da colonização portuguesa, Roraima continuava sob o domínio dos grupos indígenas. Segundo Henri Coudreau, em 1787 conheciam-se 22 tribos habitantes do rio Branco, assim distribuídos: Paraviana, Amaribas, Atorradi, nas nascentes dos rios Tacutu e Repununi; Caripuna, Caraiba e Makuxi, na serra Maracapé, próximo às nascentes dos rios Maku e Parime; Tucurupi, Aracapi e Diacá, no Parime; Arina no Amajari; Quinhsus, no Cadacadá; Aoaqui, nas fontes

Chuamá; Guimara, nas nascentes do Maracá; os Fauxiana, no baixo e médio Catrimani; Barauana, no alto Catrimani; Chaperos e Guajaros, número reduzido; e Macu, próximo à serra Andauari (ver Brea Monteiro, 1985:01).

Por volta de 1782/1792, surgiu a necessidade de delimitar as fronteiras entre o Brasil e Venezuela (Testa, 1981:5). Em 1787, Lobo D'Almada comandou a Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteira, percorrendo com sua equipe a bacia do rio Branco, chegando aos limites com a Espanha e Holanda. Na época, nos povoados habitavam 931 "almas", em volta de 72 "fogos", assim distribuídos: Carmo, 215 habitantes, com 16 famílias; Santa Maria, 165 habitantes e 12 famílias; São Felipe, 244 habitantes e 19 famílias; Conceição, 286 habitantes e 22 famílias, e São Martinho, 21 habitantes e 3 famílias. Como estadista, ele planejou a colonização da região através da implantação das Fazendas Nacionais, visando a criação de gado nos campos nativos. Identificou Paravilhanos, Átruahis, Amaribás, Macuxis e Uapixanas, habitando a região que corresponde na atualidade a Área Indígena Mururu.

Apesar do contato com os portugueses, havia revoltas, como a de 1790, em que os índios, que viviam nos aldeamentos, rebelaram-se contra as condições impostas. Segundo FARAGE(1991:164),

"as condições de vida nos aldeamentos, que se deterioravam em escala crescente, sem qualquer perspectiva de solução, a não ser a rações de farinha distribuídas pelos militares; por outro lado, a pressão exercida pelos portugueses sobre os principais, na tentativa de manterem a densidade populacional dos aldeamentos, e com isso exigindo mais do que podiam oferecer seus middlemen.

A revolta veio irromper no início daquele ano, quando, por motivos que desconhecemos, levado do aldeamento defronte à fortaleza para São Marinho, Parauijamari, principal Macuxi, matou o soldado que o conduzira. Retornando ao aldeamento junto ao forte, onde residia, ali matou também o soldado diretor. Seu gesto solitário conheceu um efeito multiplicador, prontamente sublevando a população aldeada junto ao forte e aquela em São Martinho. Juntos, os índios emboscaram mais dois soldados, fugindo em seguida para a serra. Ambos os aldeamentos, que contariam cerca de 157 habitantes, quedaram abandonados".

No século XVIII, a frente de expansão caracterizou-se pela implantação das Fazendas Nacionais São Marcos, São Bento e São José. A expansão econômica continuou lenta até o litígio entre o Brasil e a Inglaterra pela região (1841). Segundo SANTILLI (1989:27,28 e 29), havia na área em disputa quarenta fazendas, entre elas oito aldeias indígenas listadas como "burgo" (Maná, Baixa do Macuxi, Neengahiba, Icanuyaba, Miranha Reis, Carneiro Campos/Administrado pelo capitão Cardoso, Tuxawa Uapixana, que tem sob suas ordens 250 Uapixana, Murará/Macuxi).

Por essa época, os ingleses intensificaram as expedições à região: 1812, Charles Waterton; 1828, Gulliger e Smith; 1834, Adam Sauve; 1835 e 1836/39, Robert Sachomburgh (alemão a serviço dos ingleses). Na segunda viagem instalou a missão protestante dirigida pelo Padre Inglês Thomaz Yond (ver Monteiro, 1985:13).

Em meados do século XIX, a região colonizada por brasileiros encontrava-se estagnada. Existia apenas duas vilas: Santa Maria e Carmo. Pelo depoimento de João Henrique de Matos, Diretor Geral dos Índios da província do Pará, era de extrema penúria. Ele visitou o Forte em abril de 1843, visitando também a Missão da Serra do Banco, que foi fundada em fevereiro de 1842, pelo missionário Pe. José dos Santos Inocentes, da Ordem Carmelitas Calçados, que atendia aos Wapixana e Makuxi. Existia a União do Porto Alegre, que assistia aos "Jaricunas, Procutus, Saporães e Anhiaques"; Missão Macuxi no rio Pirara e rio Repununi (ver Monteiro, 1985:15).

Em virtude do litígio entre o Brasil e a Inglaterra, os missionários de Pirara foram expulsos da região. A situação normalizou-se a partir da assinatura do Tratado em 06.11.1901, quando foi estabelecido os limites entre os dois países.

Foi a partir do século XIX que a região passou a ser mais documentada por expedições. Em 1878, houve a expedição de Everard Im Thurn; em 1882, houve a Comissão de Limites Venezuelano-Brasileira, comandada pelo Primeiro Tenente Naval Francisco Xavier Lopes de Araújo; entre 1883 a 1885 a de Henri Coudreau; entre 1911 a 1912 a de Theodoro Koch-Drumberg; em 1913 a de William Farabre; e entre 1924 a 1925 a de Alexander Hamilton Rice.

A região sofreu novas mudanças econômicas com a criação do Território do Rio Branco, pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13.09.43. Com a criação do Território houve um incremento de capital por parte do Estado, o que propiciou a partir da década de 40 que as terras indígenas passassem a ser ocupadas por garimpeiros e "aventureiros", que gradativamente foram estabelecendo-se na área e transformando-se nos fazendeiros de Roraima.

Pelo Decreto-Lei nº 4.182, de 13.12.62, a região passou a ser denominada por Território Federal de Roraima. A partir dessa época intensificou-se a capitalização no meio rural, com a construção da BR-174, que ligou Manaus a Boa Vista. E em 05.10.68, Roraima tornou-se Estado da Federal com a promulgação da nova Constituição.

II - SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Como já vimos, as influências culturais entre as sociedades indígenas se iniciaram num período anterior ao processo de colonização. Havia naquela época um intenso comércio intertribal, apesar das guerras, que ocorriam em virtude das disputas territoriais, dos interesses econômicos ou da posse de mulheres. O comércio intertribal surgiu como consequência desse processo, podendo ser traduzido como um tratado de paz, em que as partes envolvidas regulavam as interações intersociais, através das trocas de artefatos e manufaturados. A aliança concretizava-se pelas trocas matrimoniais, respeitando, assim, as fronteiras territoriais.

Com o intercâmbio ocorreu também a especialização por grupo de um determinado artefato ou produto. Cada grupo passou a produzir com mais eficiência. Como haviam muitos produtos na rede de trocas, o ralo tornou-se o objeto de valor de referência nas transações comerciais.

A intensidade do comércio levou ainda à especialização de alguns indivíduos, que aprenderam diversas línguas, transformando-se em

emissários em outras sociedades, defendendo os objetos de troca e conhecendo o modo de vida de aliados e possíveis inimigos. A especialização ultrapassou os limites econômicos, atingindo níveis cognitivos, percebidos por aqueles que faziam parte do sistema.

A aldeia Kuriru é auto-suficiente na produção de artefatos usados na vida cotidiana. Diversos objetos descartáveis em nossa cultura, após serem trabalhados artesanalmente, adquirem uma nova forma, sendo utilizados com outras finalidades (como pontas de flechas de metal, anzóis, etc.) (ver Amodio, 1983:59).

Com a colonização houve uma completa alteração no sistema de trocas, novos produtos foram introduzidos, ganhando valor especial em relação aos artefatos indígenas. A nova geração, que vive cercada por bens industrializados, não se interessa em aprender a tecer ou a confeccionar qualquer artefato. A tradição de trabalhar o barro, de tecer o algodão ou de confeccionar a fibra da palmeira, poderá desaparecer, dado que está sendo esquecido e renegado por uma geração que não teve alternativa, e que por força do contato indiscriminado foi obrigada a dar valor somente aos produtos industrializados, que são fáceis de manusear pelo mundo externo, mas que possuem pouca utilidade nos limites da aldeia.

Ao analisar a situação sócio-econômica dos diversos aldeamentos, deve-se levar em conta a diversidade cultural e o grau de contato. A colonização provocou drásticas mudanças na forma de ocupação do solo, mas a concepção sobre a posse da terra permaneceu basicamente a mesma. Para entender como as atividades produtivas se desenvolveram, faz-se necessário abordar a concepção indígena sobre a terra.

A terra possui múltiplos significados (seja em face dos espíritos da terra, das águas ou moradia dos "heróis" mitológicos, etc). Significa um "outro", mantendo uma relação de sujeito para sujeito, diversa da relação ocidental de sujeito x objeto (passível de exploração).

Essa relação determina uma nova concepção a nível de produção. Existe uma relação especial com a terra, com a natureza, é necessário agradecer quando é fértil e temê-la quando está enfurecida. Consideram-na como um ente, numa categoria não humana, sendo, portanto, impossível de ser possuída, daí a dificuldade dessas sociedades entenderem a nossa perspectiva de posse, de cercar campos e rios. Isso explica, de um lado, a facilidade das invasões, e, de outro, a dificuldade em uní-los em defesa de seus direitos, porque a terra não é passível de ser negociada, cercada, violentada (ver Amodio, 1983).

Praticam a agricultura de coivara, ocorrendo migrações periódicas a cada três ou quatro anos, devido ao esgotamento do solo. Cada aldeia migra dentro de uma determinada região. Após vários anos de mudanças contínuas, completa-se um ciclo, o que permite que as plantas que levam muitos anos para crescer (ex: jenipapo e caju) possam ser aproveitadas pelas gerações subsequentes. Existe consenso com relação ao que seria a área de uma comunidade ou de um determinado grupo étnico. Para chegarem a uma agricultura adaptada às condições da região, foi necessário adquirir um conhecimento aprimorado do meio ambiente, bem como passar por diversas experiências com erros e acertos no cultivo do solo. Ocupam uma extensa faixa de terra em decorrência

das mudanças em busca de novas áreas de cultivo, aliadas à procura de caça e pesca em abundância, em virtude da escassez do local que ocupavam anteriormente. Enfim, numa terra com baixa fertilidade conseguiram obter os alimentos necessários para manter uma dieta equilibrada. Fazendo uso de uma tecnologia relativamente simples, cultivam diversas espécies vegetais. A plantação básica é a mandioca (brava), que é consumida em forma de beiju, caxiri (bebida fermentada) e farinha.

As roças são cultivadas pelas famílias extensas, o trabalho é organizado pelos homens de influência. Há uma divisão sexual do trabalho, cabendo ao homem as atividades de derrubada e queimada da mata, bem como o plantio; e às mulheres a preparação do terreno e a colheita. Ambos se revezam no cuidado do roçado (ver Amodio, 1983:5).

A nível coletivo, a forma usual de cultivar a lavoura é através do trabalho comunitário, ou adjunto, que é fator de união entre os grupos de parentesco (grupo doméstico/aliança de parentes consanguíneos e afins na concepção indígena). É organizado pelo tuxawa ou parentes, onde pode-se perceber a coesão e a unidade política da aldeia. O sistema aumenta a solidariedade entre os afins, possibilitando a manutenção das relações tradicionais de ajuda mútua.

A produção agrícola pode variar conforme o grau de contato que as diversas famílias mantêm com a sociedade nacional. Ocorrendo a influência de novas espécies vegetais, de repente uma família que tinha uma produção voltada para consumo interno, passa de uma economia auto-suficiente para a dependência e para a produção voltada para o mercado.

É através da caça e da pesca que obtêm as proteínas necessárias à nutrição. A maioria dos grupos indígenas de Roraima, independente do fato de sua terra ser ocupada por terceiros, continua a caçar e a pescar como faziam tradicionalmente seus ancestrais.

Naturalmente que, dependendo da área de fricção interétnica, os índios se relacionam com os invasores de forma conflituosa. Os fazendeiros tentando impedir seus empreendimentos na busca da caça e da pesca, atividades vitais para a alimentação do grupo. Isto porque a criação extensiva de gado é voltada totalmente para a comercialização, fazendo com que os empregados das fazendas e até mesmo seus proprietários vivam na expectativa de obter sua cota de proteína através da caça e da pesca. Há portanto uma disputa pelos locais onde animais selvagens podem ser caçados com facilidade, e pelos cursos d'água, onde existem peixe em abundância.

Apesar de existirem várias áreas de caça e pesca vetadas aos índios pelas cercas de arame farpado dos fazendeiros ou pelo controle dos vaqueiros (ou melhor, jagunços), os índios conseguem ludibriar os invasores de suas terras, atingindo as regiões protegidas e reguardadas por caminhos que são conhecidos apenas por eles, e assim obtêm os alimentos protéicos necessários à sua sobrevivência.

Os empecilhos advindos do contato não impedem que os índios, em determinadas épocas do ano (como Natal, Páscoa ou Aleluia), realizem pescarias coletivas, com a participação de índios de outras aldeias e da cidade. O tuxawa é o responsável pela organização do evento, que reforça os laços de solidariedade e reciprocidade de aliados próximos e distantes. É combinado o dia em que os grupos se encontrarão numa determinada comunidade. A comemoração pode durar dias, tendo muita

comida, bebida e danças, como o tradicional parixara ou o forró.

Para os índios citadinos, a pescaria significa o momento de resgatar ou reforçar sua identidade, que se encontra diluída na cidade, ou melhor, escondida, camuflada, porque o medo de ser identificado como índio, paira em Boa Vista ou em qualquer cidade da de Roraima. É na volta à terra natal que os índios oprimidos na cidade reencontram sua gente, o seu mundo e distanciam-se da repressão cotidiana. Eles desempenham um papel importante para a comunidade. Sua casa na cidade serve como hospedagem para os parentes resolverem os problemas e fazerem tratamento hospitalar e odontológico. Na ida à aldeia levam os produtos industrializados que são trocados com os parentes por alimentos, reforçando o comércio entre citadinos e aldeados.

Independentemente do local de moradia, na pescaria algumas mulheres permanecem na comunidade para preparar a farinha, o beiju e o caxiri. Ambos os sexos formam pequenos grupos, para pescarem nos lagos, igarapés e nos rios. Outros homens dedicam-se a caçadas. Conhecem e exploram com extrema habilidade os cursos d'água e restingas, que exploram à procura de cardumes, jacarés, caranguejos, tracajá, etc. É geralmente em volta dos cursos d'água que existem as matas e buritizais onde caçam. Entretanto, pescam frequentemente nos locais próximos à aldeia. Apenas quando ocorrem pescarias organizadas, que se distanciam de suas choupanas, usam arco e flecha, anzóis, jaquis e tarrafas de pau ou linha de nylon.

O timbó é utilizado em determinada época, quando as águas estão empocadas, e apelar para outra alternativa torna-se inviável ou dispendioso. Além disso, a pesca com o timbó é realizada após a desova, quando existem pequenos peixes em abundância, que precisam ser consumidos para voltar a haver equilíbrio entre as várias espécies. Nos últimos anos a repressão policial, a mando dos fazendeiros, para impedi-los de usarem tal técnica, vem assustando a comunidade. Em decorrência disso, o mito sobre a origem do timbó e o conhecimento sobre as várias espécies da planta poderão desaparecer. Eles sabem equilibrar harmoniosamente as técnicas conhecidas com as condições ambientais. Com a repressão contínua, os índios não conseguem obter sua principal fonte protéica, o peixe.

A caça é a outra opção em proteína. Caçam com o arcos e flechas, armadilhas, espingardas e outrora com zarabatanas (ver Diniz, 1972:67/68). Embora existam muitos tabus em torno da carne de caça, são consumidas veados, tatus, jabutis, jacarés, cotias, antas, pacas, capivaras, porcos do mato, macacos e várias espécies de pássaros. As caçadas são feitas nas matas próximas à aldeia, nos campos limpos, lavrados, boqueirões e nos buritizais que margeiam lagos e igarapés.

III - SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Pela Portaria nº 950/E, de 29.05.81, foram designados um antropólogo e um engenheiro agrimensor para identificar, entre outras áreas indígenas em Roraima, a A.I. Muriru. No relatório foi identificada um área "com limite sul a cerca que fica próxima à maloca de José Herinque e toda a mata (espaço vago) e as áreas de outras malocas" (fl. 17), sendo que no processo não consta o memorial descritivo da região defendida pelo antropólogo como área indígena.

O processo de identificação foi arquivado devido ao encaminhamento nº 018/DEL/10ª DR/82, de 04.05.82, do Delegado da 10ª DR, que informa:

"a área deverá ser cancelada uma vez que os índios se transferiram para a área da maloca do Recanto da Saudade, por iniciativa própria.

O motivo dessa transferência é que a área Muriru é foco de MALÁRIA, cujos índios, em pequeno número, já sofreram sérias conseqüências desta enfermidade (fls. 31)."

Independente do cancelamento da A.I. pela FUNAI, em 1985, a antropóloga da 10ª DR, ao realizar a vistoria para emissão de certidão negativa de aldeamento indígena de ITAMARATI I, II e Monte Verde, identificou o grupo na região de Muriru, que na época o fazendeiro alegava estar situada nas áreas das "fazendas". A antropóloga, ao buscar regularizar a situação fundiária, resguardando uma área para o grupo indígena, foi atropelada pelo acôrdo realizado entre o Delegado da 10ª DR, o fazendeiro e o índio que recebeu uma indenização para deixar a região (fls. 52 e 53). Na ocasião a família indígena aceitou a proposta do fazendeiro, por encontrar-se desestruturada frente à nova expansão da sociedade envolvente.

O Termo de Acordo foi analisado pela Jurídica, que o considerou sem valor, devido à "falta de amparo legal para a transação" (fls. 55).

IV - CONCLUSÃO

Portanto, somos favoráveis à identificação de AI MURIRU, que devará contar com a participação da antropóloga Nádia Farage, professora da Unicamp e especialista em Mapixana.

MARIA GUIDMAR DE MELO
Antropóloga